



ALMT
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO ECONÔMICO
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

**NÚCLEO
ECONÔMICO**

FLS

23

RUB

Parecer nº 117/2023/CTAP

Referente ao Projeto de Lei nº 1617/2023 que **“Obriga as concessionárias de serviços públicos que operam nas rodovias Estaduais do Estado de Mato Grosso a fornecerem dispositivos eletrônicos - “Tags” - aos veículos das Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Ambulâncias”.**

Autora PL: Deputada Janaina Riva.

Autora Emenda nº 01: Deputada Janaina Riva.

Relator: Deputado

Beto Dois e Um

I - Relatório

O Projeto de Lei em tela foi recebido e registrado pela Secretaria de Serviços Legislativos em 02/08/2023. Posteriormente, foi inserido em pauta no mesmo dia. Após, foi remetido à Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora em 16/08/2023. Posteriormente foi encaminhado a esta Comissão em 24/08/2023.

Submete-se a esta Comissão, o Projeto de Lei nº 1617/2023, de autoria da Deputada Janaina Riva, a autora propõe a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos que operam nas rodovias Estaduais do Estado de Mato Grosso a fornecerem dispositivos eletrônicos – “Tag’s” – aos veículos das Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Ambulâncias.

Após, os autos foram encaminhados a esta Comissão para a emissão de parecer quanto ao mérito.

É o relatório.

II - Análise

Cabe a esta Comissão, dar parecer a todos os projetos que abordem os temas contidos no Art.369, inciso XII, alíneas “a” a “f”, do Regimento Interno.

No que diz respeito à tramitação e abordagem do tema, o Regimento Interno prevê dois casos: no primeiro, verifica-se a existência de lei que trate especificamente do tema abordado, se

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 203 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

WFS



confirmada o projeto será prejudicado. No segundo, a existência de projetos semelhantes tramitando, se houver, a propositura deverá ser apensada.

Segundo pesquisas realizadas, seja na internet ou intranet da Assembleia Legislativa de Mato Grosso sobre o assunto, não foi encontrada nenhuma propositura referente ao tema. Isso significa a inexistência de obstáculo regimental ao prosseguimento da proposta de lei, desse modo tal propositura preenche os requisitos necessários para análise de mérito por parte desta Comissão.

Sob o enfoque da análise por mérito, a propositura pode ser avaliada mediante três aspectos: oportunidade, conveniência e relevância social.

A presente proposição legislativa visa obrigar as concessionárias de serviços públicos que operam nas rodovias Estaduais do Estado de Mato Grosso a fornecerem dispositivos eletrônicos - “Tags” - aos veículos das Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Ambulâncias.

O Projeto de Lei nº 1617/2023 tem como objetivo principal agilizar o trânsito de veículos das Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros Militar e ambulâncias nas rodovias estaduais do Estado de Mato Grosso. Para isso, o projeto obriga as concessionárias de serviços públicos que operam nessas rodovias a fornecer dispositivos eletrônicos (Tags) para esses veículos. Com as Tags, esses veículos podem utilizar as faixas automáticas nos pedágios, evitando filas e atrasos, especialmente em situações de emergência.

Esclarece que os custos referentes à aquisição e instalação das Tags nos veículos mencionados serão de responsabilidade do estado e dos municípios aos quais pertençam tais veículos. Estabelece que as concessionárias de serviços públicos devem disponibilizar às autoridades estaduais e municipais competentes as informações e procedimentos necessários para a aquisição e instalação das Tags.

O texto original do projeto de lei não especificava quem arcaria com os custos de aquisição e instalação das Tags. Isso poderia levar à interpretação de que as concessionárias seriam responsáveis por esses custos, o que poderia gerar conflitos e problemas de implementação. Fica explicitado que os custos serão de responsabilidade do estado e dos municípios. Isso remove a ambiguidade e evita que as concessionárias tenham que assumir despesas adicionais não previstas nos contratos de concessão.

O projeto original não mencionava o papel das concessionárias em fornecer informações e procedimentos necessários para a instalação das Tags. As concessionárias são obrigadas a disponibilizar essas informações às autoridades competentes, facilitando o processo de aquisição e instalação das Tags pelos órgãos responsáveis.

A justificativa apresentada para a emenda é a de evitar que as concessionárias sejam sobrecarregadas com custos não previstos em seus contratos de concessão. Isso assegura que a responsabilidade financeira recaia sobre o estado e os municípios, que são os proprietários dos

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 203 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915



veículos beneficiados. Assim, mantém-se o objetivo original do projeto de fornecer agilidade no trânsito dos veículos prioritários, sem transferir indevidamente os custos para as concessionárias.

A emenda propõe uma despesa significativa para os cofres públicos sem apresentar um estudo de impacto orçamentário detalhado. Sem essa avaliação, é impossível saber o montante exato que será necessário para a implementação das Tags e como isso afetará o orçamento já comprometido do estado e dos municípios. A ausência desse estudo impede uma análise criteriosa da viabilidade financeira da proposta, colocando em risco a gestão fiscal responsável.

A LRF exige que qualquer criação de despesa seja acompanhada de uma estimativa de impacto orçamentário e financeiro, bem como da indicação das fontes de recursos que serão utilizadas para cobrir o novo gasto. A emenda não cumpre essa exigência, o que a torna ilegal segundo a legislação vigente. Sem a devida indicação de onde serão remanejados os recursos para cobrir os custos das Tags, a proposta fere a transparência e a responsabilidade na gestão das finanças públicas.

De acordo com a Constituição e a jurisprudência brasileira, o Poder Legislativo não pode criar despesas para o Poder Executivo sem a previsão orçamentária e a indicação clara das fontes de financiamento. A emenda ao Projeto de Lei nº 1617/2023 impõe uma obrigação financeira ao Executivo sem cumprir esses requisitos, o que representa uma ingerência inadequada nas atribuições e responsabilidades do governo estadual e municipal.

Os municípios, especialmente os menores, enfrentam severas limitações orçamentárias e financeiras. A imposição de mais um gasto significativo, sem a previsão de recursos adicionais, pode comprometer a execução de outros serviços essenciais à população. O redirecionamento de verbas para cobrir o custo das Tags pode resultar na redução de investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura, prejudicando a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos.

O planejamento orçamentário responsável requer que novas despesas sejam cuidadosamente avaliadas e priorizadas. A emenda, ao não considerar o impacto financeiro e ao não prever fontes de recursos, desrespeita esse princípio fundamental. Governos estaduais e municipais precisam gerenciar suas finanças de maneira sustentável, priorizando investimentos que tragam benefícios claros e sustentáveis para a sociedade. A emenda, ao impor um novo gasto sem planejamento adequado, compromete essa gestão responsável.

A emenda ao Projeto de Lei nº 1617/2023, ao transferir os custos das Tags para o Poder Executivo, apresenta sérios problemas financeiros e legais que inviabilizam sua aprovação. A falta de um estudo de impacto orçamentário, a violação da Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação indevida de despesas pelo Poder Legislativo e os desafios para a gestão orçamentária tornam a emenda inadequada e insustentável. Para garantir a gestão responsável e transparente das finanças públicas, é essencial que qualquer proposta de despesa adicional seja cuidadosamente planejada, avaliada e acompanhada das devidas previsões de recursos. Portanto, a emenda deve ser rejeitada para preservar a integridade financeira e legal do processo legislativo e executivo.

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 203 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915



ALMT
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO ECONÔMICO
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

**NÚCLEO
ECONÔMICO**

FLS

24

RUB

7

O pressuposto de direito também está presente, haja vista que a iniciativa apresenta conformidade com os princípios administrativos, mormente o da legalidade, eficiência e economicidade.

Um ato é conveniente quando seu conteúdo jurídico produz um resultado que atenda à finalidade pretendida que é a satisfação ao interesse público e relevância social. O interesse público refere-se ao “bem geral”. O interesse público é um conceito central para a política, a democracia e a natureza do próprio governo, já a relevância social é justamente a verificação da importância da proposta para população.

Por fim, esta Relatoria sugere que a proposta em tela prossiga nesta Douta Casa Legislativa e seja acolhida pelo ordenamento jurídico, face à demonstração nos autos de proeminente interesse social e dos demais requisitos.

É o parecer.

III – Voto do Relator

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1617/ 2023, **rejeitando** a Emenda de nº 01 ambos de autoria da Deputada Janaina Riva.

Sala das Comissões, em 30 de Outubro de 2024.

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 203 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

WFS



ALMT
Assembleia Legislativa

Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA
NÚCLEO ECONÔMICO
Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
20ª LEGISLATURA – 01/02/2023 A 31/01/2027

**NÚCLEO
ECONÔMICO**

FLS

RUB

25

J

IV – Ficha de Votação

Projeto de Lei n.º 1617/2023 – Parecer n.º 117/2024.

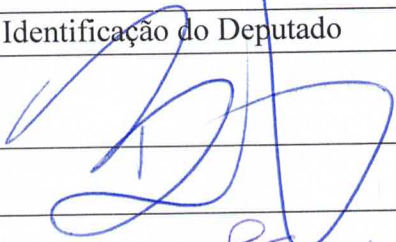
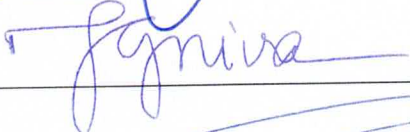

Reunião da Comissão em: 30 / 30 /2024.

Presidente: Deputado Estadual **BETO DOIS A UM**

Relator (a) Deputado (a): Beto Dois a Um

VOTO DO RELATOR

Pelas razões expostas, quanto ao **mérito**, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei n.º 1617/ 2023, **rejeitando** a Emenda de n.º 01 ambos de autoria da Deputada Janaina Riva.

Posição na Comissão	Identificação do Deputado
RELATOR (a) Deputado (a):	
Membros Titulares DEPUTADO BETO DOIS A UM	
DEPUTADO JANAÍNA RIVA	
DEPUTADO MAX RUSSI	
DEPUTADO DIEGO GUIMARÃES	
DEPUTADO LÚDIO CABRAL	

Membros Suplentes DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE	
DEPUTADO THIAGO SILVA	
DEPUTADO DR. EUGÊNIO	
DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO	
DEPUTADO WILSON SANTOS	

ENDEREÇO:

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso
Edifício Dante Martins de Oliveira
Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora
Sala 203 - 2º Piso

NÚCLEOS DAS COMISSÕES PERMANENTES:

Núcleo Ambiental e Desenvolvimento Econômico
Núcleo Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Núcleo Econômico
Núcleo Social

TELEFONES:

(65) 3313-6914
(65) 3313-6912
(65) 3313-6530
(65) 3313-6915

WFS